



**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Unidade Gestora de Projetos

NOTA TÉCNICA – SECTI – agosto de 2021

Segurança Pública Eficiente como precondição e vetor do Desenvolvimento Econômico, através do aperfeiçoamento profissional, atualização e apropriação de conhecimentos, habilidades e competências, e o desenvolvimento de novas tecnologias e/ou a mais efetiva utilização da Matriz Tecnológica existente

Subsídios para Formulação Estratégica – Segunda Aproximação

SECTI - SEPOL

*Centro Tecnológico de **Polícia Técnico-Científica** – Unidade Avançada,
Descentralizada e Integrada*





SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Unidade Gestora de Projetos

Contexto e Considerações Iniciais

A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) instituída através da dicção da lei 13.675/2018, determina:

Art. 5º São diretrizes da PNSPDS:

I - atendimento imediato ao cidadão;

II - planejamento estratégico e sistêmico;

III - fortalecimento das ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis;

IV - atuação integrada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em ações de segurança pública e políticas transversais para a preservação da vida, do meio ambiente e da dignidade da pessoa humana;

V - coordenação, cooperação e colaboração dos órgãos e instituições de segurança pública nas fases de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações, respeitando-se as respectivas atribuições legais e promovendo-se a racionalização de meios com base nas melhores práticas;

VI - formação e capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública, em consonância com a matriz curricular nacional;

VII - fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica;

VIII - sistematização e compartilhamento das informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas, em âmbito nacional;

IX - atuação com base em pesquisas, estudos e diagnósticos em áreas de interesse da segurança pública;

X - atendimento prioritário, qualificado e humanizado às pessoas em situação de vulnerabilidade;

XI - padronização de estruturas, de capacitação, de tecnologia e de equipamentos de interesse da segurança pública;

Grifamos



**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Unidade Gestora de Projetos

No mero intuito de reunir alguns elementos propedêuticos para a subsequente coleta, sistematização, atualização ou elaboração do diagnóstico tecnológico da Instituição, arrolamos alguns objetivos da iniciativa de governo em apreço:

- ✚ **SEGURANÇA JURÍDICA, JUSTIÇA NA MEDIDA EM QUE INCREMENTA OS INDICADORES DE AUTORIA, MATERIALIDADE, DINÂMICA E EVENTUAL ORGANICIDADE - ELUCIDAÇÃO**
- ✚ Garantir a melhor utilização do contingente de policiais na medida em que o processo de investigação passa a ser melhor instrumentalizada, ocasionando a redução nos tempos de elaboração dos inquéritos policiais, podendo refletir em maior exiguidade na tramitação dos processos judiciais.
- ✚ Produção de material probatório com maior qualidade e consequentemente de maior confiabilidade para a formação das convicções do MP e da Magistratura.
- ✚ Prevenção como decorrência da redução da impunidade, detecção de indícios, mais eficiência da identificação de reincidentes ou de perfil detalhado da mancha de criminalidade.
- ✚ Aumento da segurança do policial durante as ações de confronto.
- ✚ Apoio na formação, no uso de inovação e sob o aspecto humano do policial civil de forma descentralizada, incrementando a capilaridade das atividades a serem instalados no Centros Tecnológicos, segundo mapeamento estratégico da SEPOL.

Conforme extraído do sítio da Polícia Civil:

“DGPTC - Departamento de Polícia Técnico-Científica. O DGPTC é composto pelo ICCE - Instituto de Criminalística Carlos Éboli, IIFP - Instituto de Identificação Félix Pacheco, IMLAP - Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto e IPPGF - Instituto de Pesquisa e Perícias em Genética Forense.

O ICCE realiza mais de setenta tipos de exames periciais, desde os confeccionados nos diversos locais de crime como, também, múltiplos exames laboratoriais, visando analisar os vestígios relacionados com as investigações penais em curso. Realiza a coleta e exames periciais vinculados aos procedimentos criminais, elaborando os respectivos laudos, bem como desenvolvendo estudos e pesquisas no campo da Criminalística e nas áreas das Ciências correlatas.

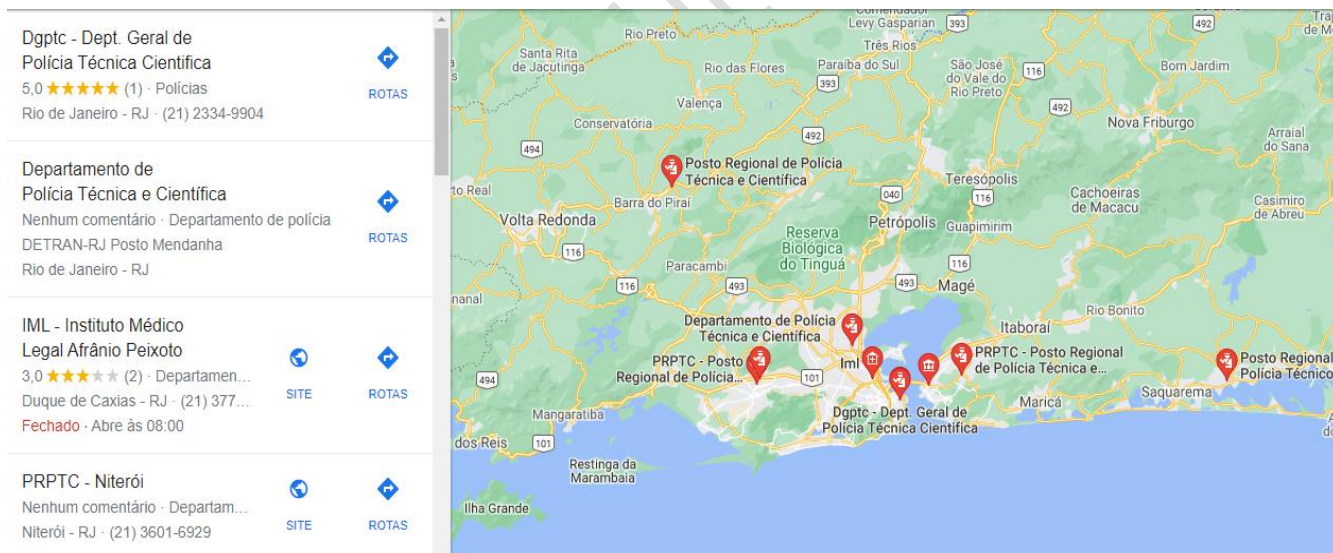


**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Unidade Gestora de Projetos

Dentre os destaques inovadores deste Instituto ressalta-se a Unidade Móvel de Criminalística, que confere agilidade aos atendimentos emergenciais; o Serviço de Perícia de Arma de Fogo, com a recente informatização do Setor de Balística; e o Sistema Automatizado de Dados - IBIS.¹

Unidades ligadas do DGPTC, com sua distribuição geográfica pelo estado do Rio de Janeiro.



¹ [PCERJ \(policiacivilrj.net.br\)](http://PCERJ(policiacivilrj.net.br))



**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Unidade Gestora de Projetos

Segundo o documento de referência, intitulado PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA CIVIL PARA A SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2020-2025) no trecho que enumera **xxxxxxx**

INVESTIGAÇÃO	Serviços de tecnologia de informação e telemática	Direcionar os recursos de TIT às prioridades institucionais, promovendo a melhoria continuada deste segmento.
	Gestão de obras e infraestrutura	Administrar de forma correta e eficaz todas as variáveis envolvidas nas obras em realização e previstas.
	Quadro de ocupação de pessoal	Gerir continuamente a necessidade de efetivo.
ANIMISMOS	Gestão do conhecimento	Identificar e reter os conhecimentos disponíveis, oportunizando seu melhor aproveitamento, difusão e perpetuação.
	Inteligência policial	Produzir conhecimento que possibilite a geração de provas e apoie as investigações.
MENTO DOS PENAI	Gestão de pessoas	Realizar a gestão mais otimizada dos servidores efetivamente operacionais.
	Fortalecimento da prova científica	Otimizar o gerenciamento das provas, ensaios e capacitação de pessoal da polícia científica como elementos determinantes da melhoria do sistema de gestão da prova processual penal.
OS FORTAL DE INFRAC	Análise de pessoas físicas e jurídicas	Realizar a monitorização de pessoas físicas e jurídicas, com vistas a subsidiar as investigações dos crimes de corrupção, crime organizado e lavagem de dinheiro.
	Recuperação de ilícitos	Fomentar a recuperação de ativos de



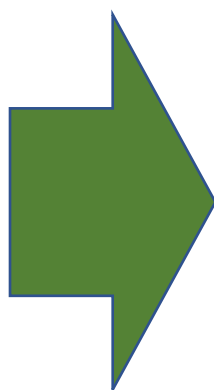
**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Unidade Gestora de Projetos

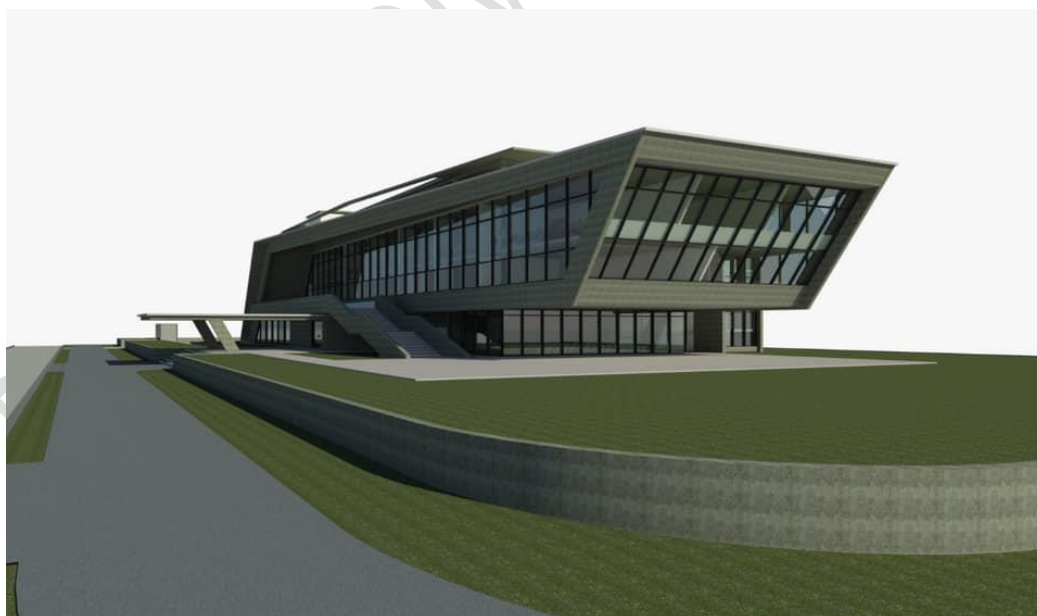
E, mais adiante:



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL DO RIO DE JANEIRO
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**



- | | |
|-------------------------------|---|
| Comunicação interna e externa | Aprimorar o fluxo de comunicação interna e externa, e difundindo de forma mais eficaz, as informações corporativas. |
| Programa de Prevenção | Desenvolver projetos e demais iniciativas de prevenção à criminalidade e mecanismos de proteção às vítimas. |
| Gestão de resultados | Monitorar a produtividade da organização. |
| Transparência | Manter o alto nível de respostas garantidoras do direito de acesso a informação. |



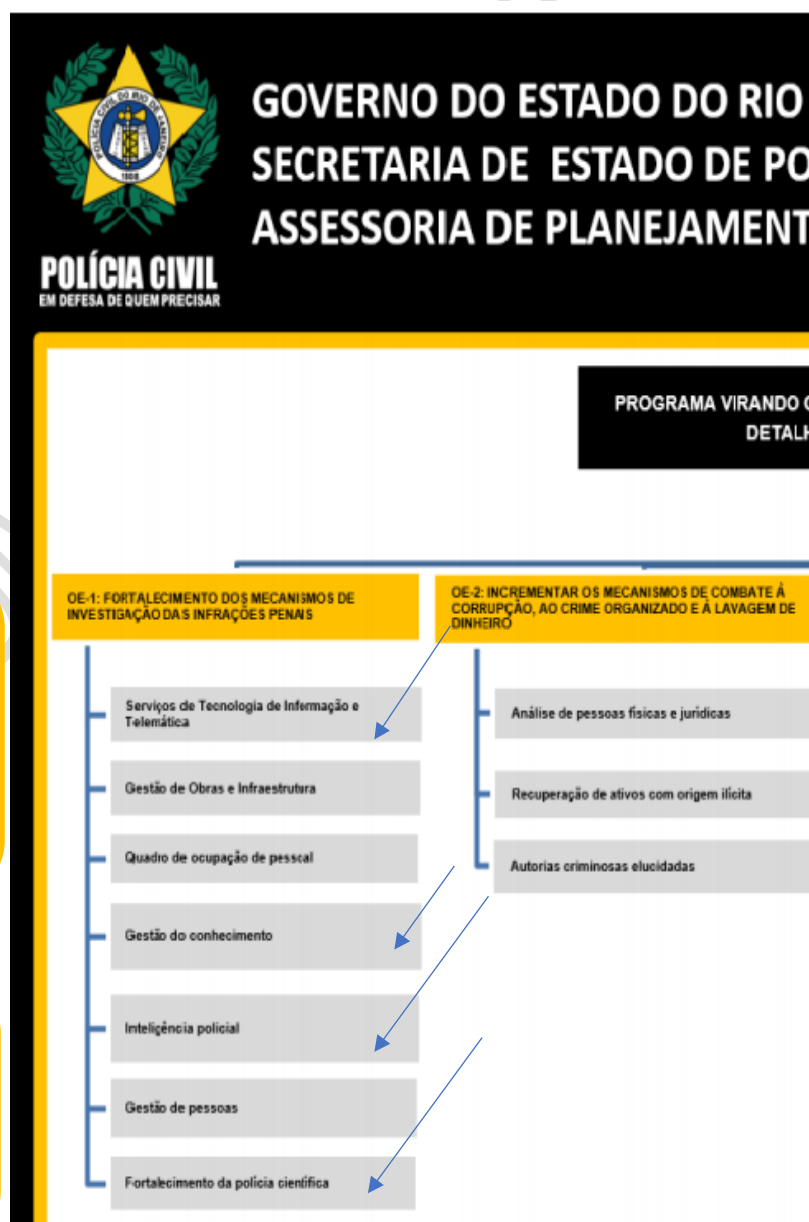
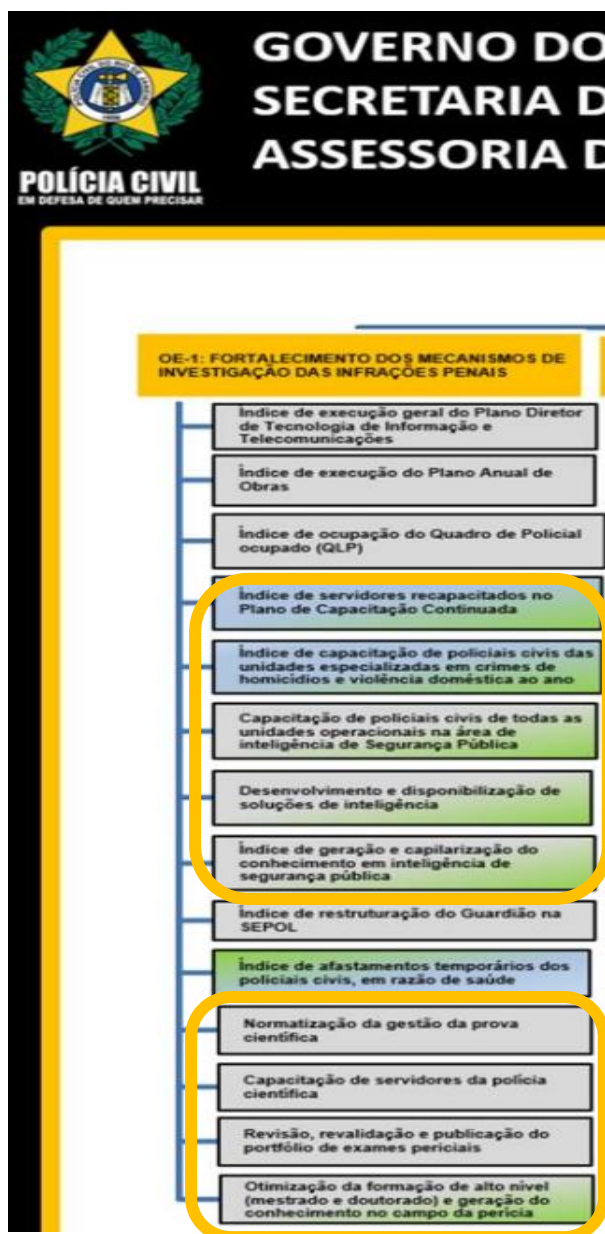


SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Unidade Gestora de Projetos

Macro Eixos:

- A) **Aperfeiçoamento profissional** com ampla perspectiva das matrizes curriculares sejam mais do que adequadas, o atendimento das expectativas e necessidades da força policial investigativa, preventiva, proativa, tanto em âmbito geral, quanto no específico. Oficinas e outros mecanismos de treino por simulação (*Deep Learning*).





SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Unidade Gestora de Projetos

- B) **Pesquisa aplicada**, sob demanda, todavia após o **imprescindível diagnóstico tecnológico**, oferecendo através de Editais da FAPERJ, consorciando universidades com integrantes da instituição com o perfil acadêmico e/ou experiência profissional, designados conforme o contexto exigir. Equipamentos de última geração em ambiente desenhado para o melhor desempenho possível.

Modelo do mais avançado: LAB de Biofísica da UFRJ. VÃO LIVRE! Instalações de fácil acesso.





SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Unidade Gestora de Projetos

Um exemplo importante a ser registrado, no sentido de demonstrar que a SECTI – FAPERJ, já desenvolvem pesquisa aplicada, em articulação e benefício da SEPOL. Neste caso ilustrativo, pela via da parceria entre o Instituto de Perícias em Genética Forense – IPPGF do Departamento de Polícia Técnico-Científica e pesquisadores do Instituto de Química da UFRJ:

Publicado em: 27/08/2020 | Atualizado em: 28/08/2020

Perícia da SEPOL-RJ conta com um novo aliado forense para desvendar crimes de violência sexual

O confinamento imposto pela pandemia do novo coronavírus aumentou os casos de violência doméstica, incluindo estupro e feminicídio, e abuso de crianças. Levantamento realizado em parceria colaborativa entre as mídias independentes indicam que os casos de feminicídio no País aumentaram 5% entre março e abril de 2020 em relação a igual período de 2019. Entre os 20 estados brasileiros que liberaram dados das secretarias de Segurança Pública, nove registraram aumento de 54%, outros nove tiveram queda de 34%, e dois mantiveram o mesmo índice. As crianças são outro alvo frequente dos abusadores e 95% dos agressores são familiares ou amigos da família, como o que motivou o recente aborto legal envolvendo uma criança de 10 anos, no Espírito Santo.

O isolamento domiciliar tem aproximado ainda mais criminosos e vítimas. Por isso, a perícia criminal do Instituto de Pesquisas e Perícias em Genética Forense do Departamento Geral de Polícia Técnico-Científica (IPPGF/DGPTC) da Secretaria de Estado de Polícia Civil (Sepol), em parceria com o Instituto de Química (IQ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), estão desenvolvendo estudos com o propósito de gerar provas irrefutáveis para a Justiça Criminal que contribuam para a condenação dos autores de crimes de violência sexual. Esta e outras atividades de pesquisa forense foram estabelecidas através da assinatura de um convênio entre o Lasape, o IQ/UFRJ e o DGPTC-SEPOL, assinado em março passado.

Fruto da tese de doutorado de Paulo Roberto Miguel Fragas, sob orientação dos professores Cláudio Cerqueira Lopes e Rosângela Sabbatini Capella Lopes, foi desenvolvida uma nova abordagem de síntese e formulação da fenoltaleína bifosfato tetrassódio em laboratório, produto que agora poderá auxiliar a desvendar crimes e casos de abusos sexuais. Com patente depositada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) desde 2014 e eficácia comprovada na detecção de sêmen em ambiente controlado, o produto sairá do laboratório para começar a ser testado pela perícia criminal da Sepol nas cenas dos crimes de violência sexual. "Hoje estou me sentindo na mesma situação em que me encontrava nas pesquisas com o luminol", confessa o professor Cláudio Cerqueira Lopes. Ele compara a atual fase da pesquisa com o início da utilização do luminol brasileiro pela perícia, 18 anos atrás, uma conquista que além de tornar o Brasil autossuficiente, baixou os custos de produção desse reagente químico forense, utilizado principalmente pela Polícia Civil do Rio de Janeiro e do Ceará, para identificar sangue oculto nos locais de crimes contra a vida.



"Poder identificar o sangue oculto é ótimo, mas é preciso identificar a quem ele pertence, assim como o sêmen", explica Cerqueira. Por isso, como no caso do luminol, serão necessários testes complementares para identificar o dono do sêmen presente nas cenas dos crimes.

O pesquisador conta que essa nova etapa dos estudos aconteceu após a leitura de uma reportagem publicada no Boletim FAPERJ no início de agosto, sobre projeto conduzido pela perita criminal e diretora do Instituto de Pesquisa e Perícia em Genética Forense (IPPGF) Selma Lillian Sallenave Sales para acelerar e aprimorar as investigações de crimes de violência sexual. Tanto ela quanto Cerqueira foram contemplados no Programa de Apoio a Projetos de Inovação no Campo da Segurança Pública – Ciência Forense, lançado pela FAPERJ em 2018, e utilizam os recursos financeiros disponibilizados pelo edital em suas pesquisas. "Mais uma vez a FAPERJ dará um apoio decisivo em dois projetos de grande relevância social. A doutora Selma e eu nos



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Unidade Gestora de Projetos

Hub de Inovação - Startup de Tecnologia voltada à Segurança Pública, ou seja, Hub Interno, onde o estado, seria o provável consumidor dos objetos de pesquisa a serem delineados em instrumento convocatório e seletivo.

O Hub de Inovação no Contexto dos Centros Tecnológicos é eixo privilegiado das unidades e, naturalmente, da Política de Estado professada pela SECTI na trajetória de firmar um pacto com a sociedade no sentido de garantir sustentabilidade indispensável aos resultados delineados. Não é possível pensar políticas públicas transformadoras da sociedade em projeções temporais de curto prazo. O imediatismo e a descontinuidade são perversas para com a intensidade necessária à obtenção de resultados, significativos, em outras palavras alterações de relevo em indicadores de impacto.

O Hub de Inovação promove a imprescindível disruptura para a instaurar organismos institucionais já testados, atuais e com perspectiva de alto desempenho.

A difusão de metodologias de construção epistêmica calcadas no raciocínio lógico e na investigação, aprimorando por este viés o acolhimento dos primados científicos de forma transversal pela sociedade.

C) **Unidade de apoio ao profissional e a sua família**, inclusive psicológico, de assistência social, de solução não violenta de conflitos e de *coaching*.

A Assistência Social em articulação da Rede de Proteção Social, promoverá a atuação multisetorial, acompanhando de perto, os integrantes da corporação policial, de forma integrada, como dito anteriormente, atuando no sentido de suprir demandas e atuar preventivamente.

Sempre tendo como foco o fortalecimento da família como *celula mater* da sociedade e alicerce anímico da ação dos profissionais que vivem em regime de stress basculante, ora crônico, ora agudo.

Além disso, será necessário a garantia da matrícula em unidades de educação infantil para assegurar maior tranquilidade e redução da dupla jornada às policiais do gênero feminino.

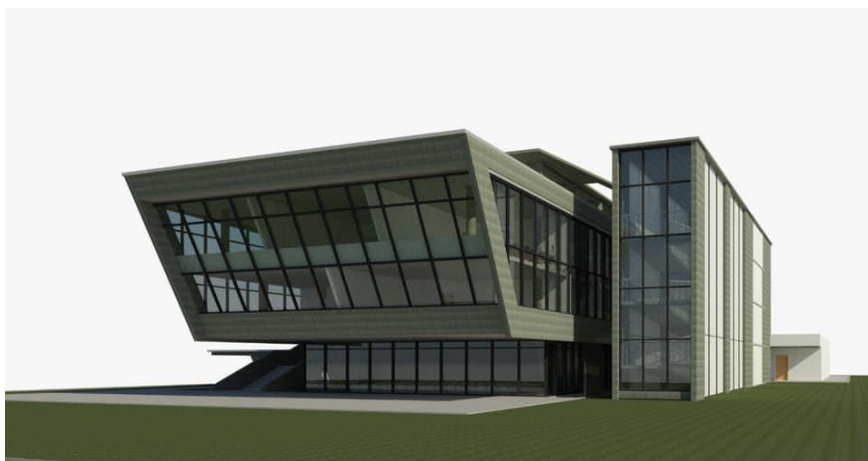
A equipe multidisciplinar contará, também, com psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais e de harmonização familiar-comunitária, assim como o estabelecimento de instâncias informais de mediação que podem se constituir em policiais aposentados, que se constituem em referência e em liderança corporativa - para buscar a solução não violenta de conflitos e a difusão, na medida do possível da Cultura de Paz, conforme relatório de Jacques Delors, UNESCO (2000).



**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Unidade Gestora de Projetos

- D) **Outras instalações:** administração, segurança, zeladoria, refeitório, três dormitórios para palestrantes e pesquisadores visitantes, lanchonete, auditório.



A Guisa de Conclusão

A sinergia resultante da articulação interinstitucional consonante à permanente busca de identificar, no âmbito do próprio governo, nichos de as ações, em diferentes graus, superpostas, não raro são classificadas, legitimamente como ralos por onde escorrem recursos públicos imprescindíveis.

Esta Nota Técnica está referenciada, pode seguir tramitação em apenso e/ou em paralelo, dependendo da decisão administrativa a ser exarada por outras instâncias.

A principal diferença entre uma NT e um projeto, quero crer, é que o projeto vai ser redigido num contexto de maior debate a por via de consequência, a produção de maior massa crítica aprimorando a política pública aqui em formação por idealização de dois Secretários de Estado, como também, a necessidade de dimensionamento e verificação de impacto orçamentário, no patamar da instância executiva, o que aponta uma alta probabilidade de recair na égide de competência originária ou designação, para uma das instituições vinculadas da SECTI.

Segundo o Professor **XXXXXX** em sua tese de doutorado, que aborda a questão da Governança Pública, temos:

GP tem sido fundamentalmente tratada como um processo de geração de valor público a partir de determinadas capacidades e qualidades institucionais; da colaboração entre agentes públicos e privados na



**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Unidade Gestora de Projetos

coprodução de serviços, políticas e bens públicos; e da melhoria do desempenho (MARTINS & MARINI, 2014).

Dessa forma, nenhum destes elementos pode ser pensado de forma isolada. GP é capacidade de governo; é governar em rede de forma colaborativa; é governar orientado para resultados; todos estes elementos juntos para gerar valor público sustentável, compondo o que se convencionou chamar de cadeia de governança – FIG. 2-1 (MARTINS & MARINI, 2014).

Fortalecer a capacidade de governo e governar em rede não faz sentido se não estiverem a serviço de resultados e da geração de valor público, que, por sua vez, não ocorrem de forma fortuita, mas demandam o desenvolvimento de capacidades e relacionamentos interinstitucionais.

Em (MARTINS & MARINI, 2014) há uma argumentação acerca dos elementos constituintes da cadeia de governança pública, a qual é apresentada na FIG. 2-1 e resumida a seguir.



FIG. 2 1 - Cadeia de Governança. Fonte: MARTINS & MARINS (2014).



**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Unidade Gestora de Projetos

Na medida em que, lamentavelmente, o país criou uma tradição de obras inacabadas e programas de governo interrompidos, a mais das vezes por pérfidas questões de natureza política, na acepção diminuta desta palavra, há que se entender a fatalidade do prazo de governo, ainda que com a possibilidade de reeleição do atual mandatário.

Desta feita, não nos foi possível vislumbrar outro caminho do que realizar a implantação em duas etapas, a primeira concentrada na edificação estrutural em modelo unificado (o que também gera economicidade em diversas dimensões), com perfil genérico inicial. E a segunda etapa que se refere a equipamentos e adaptações de menor estatura, derivadas das decisões tomadas a partir da realidade aferida através da interlocução de elevado nível técnico, entre as instituições.

Isto não significa a obra após concluída receber expressivas demandas de adaptação que poderiam impactar sem razoabilidade os custos de cada projeto. Ao contrário, durante a edificação será possível, na forma da lei, celebrar o termo aditivo que contemple as expectativas da emanação volitiva, fruto da produção de massa crítica, além do independente processo de aquisição de mobiliário, equipamentos, divisórias etc.

É possível perceber a legitimação lógica de uma estrutura básica versátil, o vão livre, que permite definição de especificidades a posteriori, demonstrando a provável viabilidade de maximização do tempo através da simultaneidade de ações